

EDITAL

O ESTADO do PARANÁ, por intermédio do Setor de Licitação do INSTITUTO ÁGUA E TERRA, autarquia vinculada à SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – SEDEST, torna público que realizará licitação nos seguintes termos:

<p>PREGÃO ELETRÔNICO:</p> <p>49/2026</p> <p>TIPO: MENOR PREÇO</p> <p>UASG: 928278</p>	<p>Acolhimento/Abertura/Divulgação de Propostas:</p> <p>Até 09 h 30 min do dia 30/03/2026</p> <p>Início da sessão / disputa de lances:</p> <p>09 h 30 min do dia 30/03/2026</p> <p>Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste Edital.</p>
---	---

1 OBJETO:

A presente licitação tem por objeto **a prestação de serviços de fretamento de embarcações com condutor e de serviços de condução, guarda e manutenção preventiva e corretiva de embarcações** pertencentes ao Instituto Água e Terra (IAT).

2 VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO:

O preço global máximo para o presente procedimento licitatório é de **R\$ 2.237.300,00 (Dois milhões, duzentos e trinta e sete mil e trezentos reais)**.

3 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

Dotação orçamentária: F6931 1854 123 8283 - Gestão do Patrimônio Natura;
Elemento da despesa: 3390.39.14 Locação de Bens Móveis e Outras Naturezas e Intangíveis;
Fonte: 799, detalhamento 258.

4 SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

O pregão será realizado por meio do sistema eletrônico de licitações Governo Federal - compras.gov.br. O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

O edital está disponível na *internet*, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas (<https://pncp.gov.br/>), do Compras Paraná (<https://www.administracao.pr.gov.br/Compras>) e do Compras.gov.br (<https://www.gov.br/compras/pt-br>).

Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) pregoeiro(a) Suellen Azevedo Costa e equipe de apoio, designadas pela Resolução/Portaria n.º 614, de 25 de novembro de 2024 e n.º 81, de 29 de janeiro de 2026, servidores(as) do IAT.

E-mail: licitar@iat.pr.gov.br;

Telefones: (41) 3304-7030, (41) 3304-7046 (41) 3304-7082;

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Acesso em 19/01/2026 às 09:29h

Endereço: Rua Desembargador Motta, nº 3384, Bairro Mercês – CEP 80.430-200, Curitiba /Paraná

O atendimento será feito de **segunda a sexta-feira**, no horário das **08h30min às 12 h** e das **13h às 17:30min**, exceto feriados.

5 ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS:

5.1 ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:

Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto n.º 10.086, de 2022, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido, no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, em campo específico no sítio eletrônico <https://www.administracao.pr.gov.br/Compras> pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.2 RECURSOS E CONTRARRAZÕES:

As razões de recurso e as contrarrazões poderão ser enviadas exclusivamente por meio eletrônico, observando as regras dispostas no item 9 das Condições Gerais deste Edital;

5.3 DISPONIBILIDADE DOS AUTOS:

No curso da licitação, os autos do processo licitatório estarão à disposição dos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.eprotocolo.pr.gov.br>, devendo os interessados apresentarem requisição de acesso ao protocolo via sistema.

6 CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO:

6.1 A licitação e a contratação dela decorrente são reguladas pelas condições específicas e gerais do pregão e pelo disposto nos demais anexos do edital.

6.2 A licitação será regida pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022, pela Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, bem como as suas devidas alterações.

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

1 CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS: PREÇO MÁXIMO

1.1 Encerrada a fase de lances, após a negociação, serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima dos valores unitários máximos e totais máximos fixados neste Edital.

2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

2.1 Na fase de disputa, o critério de aceitabilidade de preços no sistema de compras eletrônicas é o valor unitário, fixado no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

2.1.1 Os valores que permanecerem acima do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) do(s) lote(s) serão desclassificados.

2.2 O julgamento das propostas será realizado de acordo com critério de MENOR PREÇO.

2.3 Encerrada a fase de lances, após a negociação, as propostas que permanecerem acima do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) e total(is) máximo(s) fixado(s) no Termo de Referência (Anexo I deste Edital) serão

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Acesso em 19/01/2026 às 09:29h

desclassificadas.

3 PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS:

3.1 O prazo de validade das propostas, que deverá constar no Descritivo das Propostas de Preços (Anexo III), não poderá ser inferior ao fixado neste edital.

4 VIGÊNCIA:

4.1 O contrato terá vigência pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, observada a disciplina do art. 106 da Lei nº 14.133/2021.

4.1.1 O prazo de vigência poderá ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

5 GARANTIA:

5.1 Será exigida garantia da execução do Contrato, na forma da cláusula 11 da Minuta de Contrato (Anexo VIII).

6. CONSÓRCIO:

6.1 Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, conforme justificativa técnica e econômica constante do procedimento administrativo.

7 ANEXOS:

[Anexo I](#) – Termo de Referência;

[Anexo II](#) – Documentos de habilitação;

[Anexo III](#) – Modelo de descritivo da proposta de preços;

[Anexo IV](#) – Modelo de procuração;

[Anexo V](#) – Modelo de declaração;

[Anexo VI](#) – Termo de vistoria/declaração de conhecimento

[Anexo VII](#) – Locais de prestação de serviços;

[Anexo VIII](#) – Minuta de Contrato;

[Anexo IX](#) – Modelo de Declaração de enquadramento ME/EPP.

[Anexo X](#) – Declaração LGPD.

CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO

1 A REALIZAÇÃO DO PREGÃO

1.1 O pregão será realizado por meio eletrônico, no sistema de compras eletrônicas do Governo Federal - [compras.gov.br](https://www.gov.br/compras), na página <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

1.2 O pregão será conduzido por servidor(a) público(a) denominado(a) pregoeiro(a), mediante a inserção e o monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

1.3 O(a) pregoeiro(a) exercerá as atribuições previstas no artigo 4.º do Decreto n.º 10.086, de 2022.

1.4 Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual ([compras.gov.br](https://www.gov.br/compras)), conforme instruções que podem ser obtidas na página <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Acesso em 19/01/2026 às 09:29h

[br/aceso-a-informacao/manuais](#) ou, ainda, por meio do telefone 0800-978-9001 (suporte técnico).

1.4.1 O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual [compras.gov.br](#) implica a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

1.5 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

2 EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, que estejam com cadastro regular no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e que apresentem os documentos exigidos para habilitação.

2.1.2 Os interessados deverão efetuar seu cadastro dentro do prazo previsto no edital para apresentação de propostas no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e que trata a Lei Federal nº 14.133/2021, de 2021, recomenda-se também a prévia inscrição no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná – CFPR, por intermédio do portal de Compras do Governo do Estado do Paraná (<https://www.administracao.pr.gov.br/Compras>), nos termos do Decreto Estadual nº 9.762, de 2013.

2.2 Os interessados em participar do pregão devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas, nos termos do Item 01 do presente Edital.

2.3 Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas que:

2.3.1 tenham sido declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;

2.3.2 constituíram as pessoas jurídicas que foram apenadas conforme item 2.3.1, enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

2.3.3 tenham sócios comuns com as pessoas jurídicas referidas no item 2.3.2;

2.3.4 não funcionem no País, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;

2.3.5 mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.3.6 o servidor ou dirigente de órgão ou entidade estadual, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente.

2.3.6.1 Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

2.3.7 As pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

2.4 A participação nesta licitação implica aceitação das condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.

2.5 Além destas condições gerais, deverão ser obedecidas as exigências específicas de participação fixadas no edital.

2.6 O(a) pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

3 PROPOSTA INICIAL

3.1 Antes de postar a proposta comercial em formulário eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas:

3.1.1 o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas no edital;

3.1.2 a sua condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de microempreendedor individual para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Acesso em 19/01/2026 às 09:29h

3.2 A proposta de preço inicial deverá ser enviada por meio de formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas no prazo previsto no edital, de acordo com o critério de disputa estabelecido no edital.

3.2.1 A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida no edital. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da(s) proposta(s).

3.3 Nos termos do Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ, quando se tratar de operação interna, os licitantes beneficiados com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de preços com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

3.3.1 Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional não estão abrangidos pelo disposto no item 3.3, devendo apresentar proposta de preços com a carga tributária completa.

3.4. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da fase de lances.

3.5 O(a) Pregoeiro(a), verificará as propostas apresentadas, inclusive quanto à exequibilidade, e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1 Valor unitário;

4.1.2 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, de forma que permita a verificação de conformidade com as exigências contidas nesse documento.

4.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

4.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

4.3.1 o contratado deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, respeitado o disposto no art. 130 da Lei Federal n.º 14.133, de 2022.

4.3.2 Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

4.4. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

4.4.1. cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

4.4.2. cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

4.5 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.6 O prazo de validade da proposta não será inferior a 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.6.1 Esse prazo está estabelecido para assegurar que a Administração tenha tempo suficiente para realizar a avaliação completa e detalhada das propostas recebidas, realizar os procedimentos administrativos internos, e possibilitar eventuais negociações ou ajustes que se façam necessários. Além disso, garante que as condições apresentadas pelo licitante permaneçam válidas e inalteradas durante o período de avaliação e decisão, e está alinhado com o prazo de validade comumente praticado em processos licitatórios, conforme as orientações legais e normativas recomendadas.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto

Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Acesso em 19/01/2026 às 09:29h

4.7. Se o regime tributário da empresa implicar recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem 4.4.

4.8. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.10 As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2 O(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

5.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

5.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5.1 O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 2 Das Condições Específicas deste Edital.

5.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 100,00 (cem reais).

5.9 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.9.1 A escolha do modo de disputa aberto fundamenta-se na transparência e na igualdade de condições, na promoção da competitividade, na eficiência do processo e no atendimento ao interesse público. Esse modo atende aos princípios e exigências legais, e contribui para a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

5.10 A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

5.11 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Acesso em 19/01/2026 às 09:29h

automaticamente.

5.13 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

5.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado (ou maior desconto), vedada a identificação do licitante.

5.16 No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.18 O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

5.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, as empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006-

5.21 Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.22 A ME, EPP ou MEI melhor classificada, nos termos do item anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.23 Caso a microempresa, a empresa de pequeno porte ou o microempreendedor individual melhor classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes na condição de ME, EPP ou MEI que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.24 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.25 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.26 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.27 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

5.28 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

5.28.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.28.2 O(a) pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.28.3 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 5.28.2.

5.29 Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto

Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Acesso em 19/01/2026 às 09:29h

6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

6.1 Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 95 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

6.2 Será desclassificada a proposta, ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao(s) preço(s) máximo(s) fixado(s), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

6.2.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.2.2. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo deste Edital.

6.2.3. A Planilha de Custos e Formação de Preços deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, contado da solicitação do pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.

6.2.4. A inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais

6.2.5 Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.2.5.1 Caso se adote o critério do maior desconto, com permissão de lances negativos, não é considerada inexequível a proposta que apresente lances inferiores a zero (Inciso LVI do art. 2.º do Decreto n.º 10.086/2022).

6.3 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do previsto no art. 92 do Decreto n.º 10.086, de 2022, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.4. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

6.4.1 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.

6.5 Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados.

6.6. O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação às parcelas de serviços envolvidas na contratação;

6.7 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.

6.7.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.7.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.8 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.9 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Acesso em 19/01/2026 às 09:29h

6.10 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

6.11 O(a) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11.1 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.11.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) Pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico.

6.12 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.13 Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no chat a nova data e horário para a sua continuidade.

6.14 O(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

6.14.1 Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

6.14.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.15 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

6.16 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço final proposto (conforme modelo do Anexo III) e os documentos de habilitação (conforme Anexo II), até a data e o horário estabelecidos pelo pregoeiro.

7.2 O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, desde que os referidos documentos estejam atualizados, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

7.4 As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

7.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

7.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances fechados.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Acesso em 19/01/2026 às 09:29h

8. DESCRITIVO DA PROPOSTA

8.1 A proposta deverá ser formulada de acordo com o valor final da disputa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado) e deverá conter, de acordo com o modelo definido neste edital, a identificação da licitação, o CNPJ e o nome empresarial completo do licitante, a descrição do produto/serviço oferecido para cada item e/ou lote da licitação; o valor global, os preços unitários e globais por item e/ou lote, cotados em moeda corrente nacional; e o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior ao estabelecido no edital.

8.1.1 A proposta definitiva deverá observar os preços unitários máximos da planilha de composição de preços fixada pelo edital e seus anexos, sob pena de desclassificação, inclusive quando o(s) lote(s) reunir(em) itens diversos.

8.1.2 As empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ (item 3.3 do Edital) deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

8.1.2.1. Para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 3.3 do Edital, e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital. Caso esta soma ultrapasse o máximo previsto no edital, o(a) pregoeiro(a) desclassificará a proposta.

8.1.3. Constatado erro de cálculo em qualquer operação, o(a) pregoeiro(a) poderá efetuar diligência visando sanar o erro ou falha, desde que não alterem a substância da proposta, do documento e sua validade jurídica.

8.1.4. Os preços deverão ser cotados em reais, com até duas casas decimais após a vírgula. Serão desconsiderados os valores depois da segunda casa decimal após a vírgula.

8.2 Nos termos do §1º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, o licitante deverá declarar, sob pena de desclassificação, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme Anexo III.

9. OS RECURSOS

9.1 Qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas, manifestar de forma imediata e motivada a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, em relação às fases de julgamento e habilitação, possuindo o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais após a formalização do término da etapa que antecede a adjudicação.

9.1.1 As razões recursais devem ser apresentadas exclusivamente por meio eletrônico e com uso de certificação digital ICP-Brasil.

9.1.2 Os demais licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de 3 (três) dias úteis contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, exclusivamente por meio eletrônico e assinadas com uso de certificação digital ICP-Brasil.

9.2 A não apresentação das razões recursais no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.

9.3 As razões e as contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme o disposto nos itens anteriores, ou subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para responder pelo licitante, não serão conhecidas pelo(a) pregoeiro(a).

9.4 Os autos do processo de licitação poderão ser acessados pelos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.eprotocolo.pr.gov.br>.

9.5 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1 Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, bem como a análise técnica referente às amostras, quando exigidas, o procedimento licitatório será encaminhado pelo(a) pregoeiro(a) à autoridade máxima para adjudicação e homologação.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Acesso em 19/01/2026 às 09:29h

10.2 Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, quando o seu objeto possuir mais de um lote.

11. CONTRATO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

11.1 O adjudicatário será notificado para assinar o contrato no prazo de 05 (cinco), dias úteis, prorrogável a critério do órgão ou entidade contratante, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital.

11.1.1 Caso seja exigida garantia de execução contratual e o contratado opte pelo seguro-garantia como modalidade de garantia a ser prestada, o prazo indicado no item 11.1 será de, no mínimo, 01 (um) mês, conforme § 3º do art. 96 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

11.2 Para a assinatura do contrato, o adjudicatário deverá estar credenciado no Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, para a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

11.3 Antes da assinatura do contrato, a Administração realizará consulta ao Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual, haja vista a vedação contida no art. 3º, inc. I, da Lei Estadual n.º 18.466, de 2015.

11.4 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da conta corrente junto à instituição financeira contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas na mesma norma.

11.5 Se o adjudicatário não apresentar as comprovações dos itens 11.2 e 11.4 ou se recusar a assinar o contrato, a Administração Pública poderá revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021, e no Decreto Estadual n.º 10.086/2022, ou ainda, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

11.5.1 A recusa injustificada do adjudicatário ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará instauração de procedimento administrativo autônomo para eventual aplicação de sanções administrativas.

11.5.2 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 11.5, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

11.6 A entrega, o recebimento do objeto da licitação e os pagamentos serão efetuados no local, nos prazos e na forma estabelecida nos anexos deste edital.

11.7 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

$$365 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%.$$

11.8 Antes de cada pagamento, a Contratante deverá realizar consulta no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviço - GMS para verificar a manutenção das condições de habilitação definidas neste edital.

12 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Acesso em 19/01/2026 às 09:29h

12.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

12.2.1. multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;

12.2.2. multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;

12.2.3. multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

12.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

12.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.

12.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando mora, nem gera compensação financeira.

12.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

12.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.

12.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

12.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

12.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

13 DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.

13.2 Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

13.3 É facultado ao(a) pregoeiro(a) a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

13.4 O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.

13.5 A não apresentação de qualquer documento ou a apresentação com prazo de validade expirado implicará desclassificação ou inabilitação do licitante.

13.6 Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias da data da emissão, salvo disposição contrária de Lei a respeito.

13.7 Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação exclusivamente por meio do sistema de que trata o item 1.1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico. O(a) pregoeiro(a), se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.

13.8 O(a) pregoeiro(a) poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.

13.9 A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Acesso em 19/01/2026 às 09:29h



ESTADO DO PARANÁ
INSTITUTO ÁGUA E TERRA - IAT
Diretoria Administrativa e Financeira
Setor de Licitação



Protocolo nº 25.072.298-2 – Pregão Eletrônico nº 49/2026 – Serviços – EDITAL (página 13 de 37)

art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

13.10 O foro é o da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – Foro Central de Curitiba, no qual serão dirimidas todas as questões não resolvidas na esfera administrativa.

O servidor que subscreve este edital e seus anexos atesta que observou a Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

Curitiba, assinado e datado eletronicamente

Tayane Cristina Raimundo
Membro de Apoio da Comissão de Licitações
Instituto Água e Terra – IAT/PR

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Acesso em 19/01/2026 às 09:29h



ESTADO DO PARANÁ
INSTITUTO ÁGUA E TERRA - IAT
Diretoria Administrativa e Financeira
Setor de Licitação



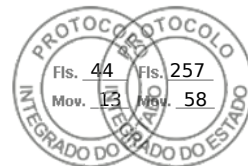
Protocolo nº 25.072.298-2 – Pregão Eletrônico nº 49/2026 – Serviços – EDITAL (página 14 de 37)

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: maio/2025.
Acesso em 19/01/2026 às 09:29h



**INSTITUTO
ÁGUA E TERRA**



TERMO DE REFERÊNCIA – TR

ÓRGÃO: Instituto Água e Terra – Departamento de Patrimônio Natural.

OBJETO: Prestação de Serviço de Transporte Aquaviário.

LOCAL: Unidades de Conservação no Litoral do Estado do Paraná.

CURITIBA – PR

2025

Rua **Desembargador Westephalen**, 3206 | Centro | Curitiba/PR | CEP 80220-031

Inserido ao protocolo **25.072.298-2** por: **Tâmy de Souza Piazer** em: 16/12/2025 09:56. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **2c4dc4b369ef729aef979e6207033502**

Assinatura Simples realizada por: **Tayane Cristina Raimundo (XXX.769.519-XX)** em 12/03/2026 13:23 Local: IAT/DIAFI/GEAD/DAG/LICITACAO. Inserido ao protocolo **25.072.298-2** por: **Suellen Azevedo Costa** em: 12/03/2026 13:04. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **1c63ebea9b7660c1975d0cb5f4cd1c8a**

1. OBJETO

1.1 Este Termo de Referência tem como objetivo definir os requisitos necessários para a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de fretamento de embarcações com condutor e de serviços de condução, guarda e manutenção preventiva e corretiva de embarcações pertencentes ao Instituto Água e Terra (IAT). Essa contratação é imprescindível para atender às necessidades da Diretoria de Patrimônio Natural do Instituto Água e Terra, bem como, de forma satisfatória, às demandas das Unidades de Conservação (UC's) situadas no litoral do estado. Ressalta-se a importância de que as embarcações estejam sempre em condições plenas de operação, especialmente para atender as áreas cujo acesso é exclusivamente hidroviário.

1.2 As Unidades de Conservação abrangidas por este documento para a execução dos serviços referenciados são:

- Parque Estadual da Ilha do Mel;
- Parque Estadual Ilha das Cobras;
- Parque Estadual do Palmito;
- Parque Estadual do Boguaçu;
- Estação Ecológica da Ilha do Mel;
- Estação Ecológica de Guaraguaçu;
- Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba;
- Área de Proteção Ambiental de Guaratuba.

A tabela a seguir especifica os serviços, assim como seus respectivos detalhes e valores, que serão contratados por meio deste Termo de Referência:

Tabela 1 – Descrição do Serviço

Lote	Descrição do Objeto	Unidade	Qtd	Valor Unitário Máximo	Valor Total Máximo
1	Prestação de Serviços de Fretamento: Condutor + Embarcação Motorizada (vide item 1.3.1.1), para o Transporte de Técnicos e Colaboradores até as devidas UC's: – Parque Estadual Ilha das Cobras. <u>PERCURSO</u> : Saindo do Escritório Regional do Instituto Água e Terra em Paranaguá até a UC (IDA E VOLTA).	Mês	12	R\$ 90.000,00 (Noventa mil reais)	R\$ 1.080.000,00 (Um milhão e oitenta mil reais)
2	Prestação de Serviços de Fretamento: Condutor + Embarcação Motorizada (vide item 1.3.1.1), para o Transporte de Técnicos e Colaboradores até as devidas UC's: – Parque Estadual da Ilha do Mel; – Estação Ecológica da Ilha do Mel;	Diária ^(a)	200	R\$ 2.800,00 (Dois mil e oitocentos reais)	R\$ 560.000,00 (Quinhentos e sessenta mil reais)



	<ul style="list-style-type: none">– Parque Estadual do Palmito;– Parque Estadual do Boguaçu;– Estação Ecológica de Guaraguaçu;– APA de Guaraqueçaba;– APA de Guaratuba. <p><u>PERCURSO</u>: Saindo do Escritório Regional do Instituto Água e Terra em Paranaguá até a UC (IDA E VOLTA).</p>				
3	Prestação de Serviços de Fretamento: Condutor + Embarcação Motorizada (vide item 1.3.1.2), para o Transporte de Cargas (em casos excepcionais). <u>PERCURSO</u> : Saindo do Escritório Regional do Instituto Água e Terra em Paranaguá até a UC (IDA E VOLTA).	Diária ^(a)	20	R\$ 4.275,00 (Quatro mil, duzentos e setenta e cinco reais)	R\$ 85.500,00 (Oitenta e cinco mil e quinhentos reais)
4	Prestação dos Serviços (vide item 1.3.2) de: <ul style="list-style-type: none">• Disponibilização de espaço apropriado para guarda/estacionamento da embarcação própria do Instituto Água e Terra^(b);• Fornecimento de condutor habilitado;• Execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva. <p><u>LOCAL DE EMBARQUE</u>: Escritório Regional do Instituto Água e Terra em Paranaguá e Terminal de Embarque de Pontal do Sul.</p>	Mês	12	R\$ 21.000,00 (Vinte e um mil reais)	R\$ 252.000,00 (Duzentos e cinquenta e dois mil reais)
5	Prestação dos Serviços (vide item 1.3.3) de: <ul style="list-style-type: none">• Disponibilização de espaço apropriado para guarda/estacionamento da embarcação própria do Instituto Água e Terra^(b);• Fornecimento de condutor habilitado;• Execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva. <p><u>LOCAL DE EMBARQUE</u>: O local de embarque será aquele no qual ficará a embarcação. A marina deverá estar localizada no município de Guaratuba.</p>	Mês	12	R\$ 21.650,00 (Vinte e um mil, seiscentos e cinquenta reais)	R\$ 259.800,00 (Duzentos cinquenta e nove mil e oitocentos reais)
TOTAL				R\$ 2.237.300,00 (Dois milhões, duzentos e trinta e sete mil e trezentos reais)	

- (a) O pagamento das diárias ocorrerá conforme a efetiva prestação do serviço;
(b) Embarcação Modelo Pontoon – P32 200 HP.

1.3 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1.3.1 SERVIÇOS DE CONDUTOR + EMBARCAÇÃO (LOTES 1, 2 e 3):

As especificações técnicas dos serviços a serem prestados foram elaboradas com base na previsão das atividades desenvolvidas pela Diretoria de Patrimônio Natural do Instituto Água e Terra. Os critérios a seguir são indispensáveis para atender tais demandas:

1.3.1.1 Condutor + Embarcação Motorizada para o Transporte de Técnicos e Colaboradores: A embarcação deverá ter estrutura em fibra de vidro, capacidade mínima para transportar 08 (oito) pessoas sentadas, incluindo o piloto, e motor de, no mínimo, 200 HP. A embarcação deverá ser dotada de bancos estofados e para-brisa em alumínio e vidro temperado. O comprimento mínimo da embarcação deve ser de 23 pés, e deverá estar equipada com infraestrutura e equipamentos de segurança, incluindo coletes salva-vidas para todos os tripulantes, conforme as normas vigentes, e todos em perfeito estado de conservação.

1.3.1.2 Condutor + Embarcação Motorizada para o Transporte de Cargas: A embarcação deverá possuir estrutura em fibra de vidro e capacidade para transportar, no máximo, 1 (uma) tonelada de carga por vez (materiais e/ou objetos), incluindo o piloto. O motor deve ter, no mínimo, 250 HP, e o comprimento da embarcação deve ser de, no mínimo, 30 pés. Esta embarcação será utilizada excepcionalmente em casos especiais, quando atividades previstas nas Unidades de Conservação exigirem o traslado de insumos até o local.

1.3.1.3 A CONTRATADA deverá providenciar todos os itens indispensáveis ao bom funcionamento e à prestação adequada do serviço, incluindo o fornecimento de combustível, óleos lubrificantes, materiais de limpeza, manutenções periódicas, bem como outros requisitos necessários para garantir a excelência do serviço.

1.3.1.4 A CONTRATADA deverá dispor de pessoal técnico qualificado, de boa conduta e com conhecimento adequado, em número suficiente para a execução dos serviços. Também será responsável por todas as obrigações relativas à mão de obra disponibilizada, incluindo a obtenção das habilitações técnicas solicitadas pela Marinha do Brasil para o tipo de missão/operação a ser realizada, com matrícula específica na Capitania dos Portos do Paraná.

1.3.1.5 O piloto deverá ter no mínimo 21 anos de idade, não ter cometido infrações graves, gravíssimas ou ser reincidente em infrações médias nos últimos 12 (doze) meses.

1.3.1.6 A CONTRATADA deverá demonstrar compromisso social e ambiental, preocupação com o bem-estar dos técnicos e colaboradores que utilizarão os serviços diariamente, zelar pela conservação da embarcação e pela segurança dos usuários, e cumprir os horários estabelecidos neste Termo de Referência (Item 1.3.1.8).

1.3.1.7 Os serviços ora contratados destinam-se exclusivamente ao transporte de técnicos e colaboradores do Instituto Água e Terra, bem como de eventuais insumos, todos previamente alinhados e reportados à Gerência de Áreas Protegidas da Diretoria de Patrimônio Natural do Instituto Água e Terra. Em nenhuma

hipótese será permitido o transporte de pessoas, objetos e/ou cargas que não sejam diretamente relacionados às atividades da diretoria e à prestação de serviços nas Unidades de Conservação.

1.3.1.8 A CONTRATADA se comprometerá a realizar o transporte diário de colaboradores e técnicos conforme as seguintes condições:

- **Parque Estadual Ilha das Cobras:** O transporte de ida e volta dos colaboradores ocorrerá diariamente, incluindo feriados e finais de semana. O embarque ocorrerá às 6h30minutos e às 18h30minutos, ambos partindo do Escritório Regional de Paranaguá com destino à Unidade e imediato retorno à Paranaguá, a fim de garantir a troca regular de turnos entre os trabalhadores que atuam na Unidade.
- **Demais Unidades de Conservação:** O transporte para as demais Unidades de Conservação não dispõe de cronograma preestabelecido e será contratado na forma de diárias, havendo a necessidade de traslado de técnicos e colaboradores para a realização de atividades de vistorias e/ou fiscalizações pela Diretoria de Patrimônio Natural, a CONTRATADA será informada previamente sobre a demanda. Tal comunicação permitirá que uma CONTRATADA organize sua equipe e os embarques de forma adequada, para atender às referidas demandas.

1.3.1.9 No final do ano, durante o período da Operação Verão nas Unidades de Conservação do Litoral do Estado, a CONTRATADA, com autorização da Diretoria de Patrimônio Natural, poderá utilizar diárias adicionais para o embarque designado ao fretamento de carga. Este ajuste é necessário devido ao aumento das atividades nas Unidades, que exige o transporte de mais materiais e tripulantes do que o habitual. Assim, o embarque será utilizado sempre que a Diretoria precisar de um transporte maior, e a CONTRATADA, poderá cobrar o valor adicional correspondente para aquele dia.

1.3.1.10 A CONTRATADA deverá apresentar um Certificado de Colaboradores e Embarcações, comprovando a capacidade técnica e operacional para atender às demandas descritas neste Termo de Referência. Além disso, é obrigatório que a CONTRATADA disponha de embarcações reservas, com as mesmas especificações aplicáveis, para que, em caso de qualquer impedimento com a embarcação principal, utilizada na prestação dos serviços de fretamento, a embarcação reserva possa assumir as atividades, garantindo a continuidade dos serviços sem interrupções.

1.3.1.11 A CONTRATADA deverá apresentar Termo de Autorização para transporte de passageiros, veículos e cargas, conforme estabelece a Resolução Normativa nº 82-ANTAQ, de 06 de julho de 2022.

1.3.1.12 Nos casos de problemas com as embarcações, após verificada na inspeção a irregularidade, a CONTRATADA deverá comunicar a CONTRATANTE e realizar as manutenções necessárias.

1.3.1.13 A CONTRATADA deverá garantir que não tenha nenhum óbice em relação às documentações fiscais ordinárias da empresa.

1.3.1.14 É de responsabilidade da CONTRATADA emitir nota fiscal referente aos serviços prestados.

Observação: Quaisquer alterações nas especificações dos serviços e itens solicitados devem ser informadas e tratadas diretamente com a Gerência de Áreas Protegidas, pertencente à Diretoria de Patrimônio Natural do Instituto Água e Terra.

1.3.2 SERVIÇOS DE CONDUTOR + GUARDA DE EMBARCAÇÃO + MANUTENÇÃO BÁSICA (LOTE 4):

1.3.2.1 Condutor: Fornecimento de condutor devidamente habilitado, para a operação de embarcação própria do Instituto Água e Terra. A embarcação possui as seguintes especificações:

- **Modelo Pontoon – P32:**

Motor 200 HP;

Capacidade para 23 passageiros e 01 tripulante;

Comprimento total: 32 pés.

1.3.2.2 Guarda da embarcação: Ficará a cargo da CONTRATADA a guarda da embarcação em garagem náutica, devendo o local ser nas proximidades do Escritório Regional de Paranaguá ou da Estação Náutica de Pontal do Sul. O local deverá ser protegido e de fácil acesso, garantindo sua conservação e segurança.

1.3.2.3 Manutenção da embarcação: Ficará a cargo da CONTRATADA a execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva da embarcação e de seus equipamentos, incluindo limpeza periódica, inspeções de rotina e pequenos reparos necessários ao bom funcionamento e à navegabilidade.

1.3.2.4 O custo do abastecimento da embarcação ficará a cargo do Instituto Água e Terra.

1.3.2.5 O piloto deverá ter no mínimo 21 anos de idade, não ter cometido infrações graves, gravíssimas ou ser reincidente em infrações médias nos últimos 12 (doze) meses.

1.3.2.6 Os serviços ora contratados destinam-se exclusivamente ao transporte de técnicos e colaboradores do Instituto Água e Terra, bem como de eventuais insumos, todos previamente alinhados e reportados à Gerência de Áreas Protegidas. Em nenhuma hipótese será permitido o transporte de pessoas, objetos e/ou cargas que não sejam diretamente relacionados às atividades da diretoria e à prestação de serviços nas Unidades de Conservação.

1.3.2.7 Fica expressamente proibida a utilização da embarcação para fins alheios ao descrito neste Termo de Referência.

1.3.2.8 Os deslocamentos ficarão restritos às Unidades de Conservação localizadas na Baía de Paranaguá e deverão ser agendados previamente com a CONTRATADA, com uma antecedência mínima de 24 horas.

1.3.2.9 O CONTRATADO será responsável exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto neste Termo.

1.3.2.10 A manutenção deverá prever os seguintes serviços: Inspeções de rotina e limpeza; Manutenção do casco e estrutura; Revisão do sistema de propulsão e direção, inclusive a troca de equipamentos quando necessário; Revisão do sistema de segurança, inclusive a troca de equipamentos quando necessário.

1.3.2.11 Nos casos de problemas com as embarcações, após verificada na inspeção a irregularidade, a CONTRATADA deverá comunicar a CONTRATANTE e realizar as manutenções necessárias.

1.3.2.12 A CONTRATADA deverá garantir que não tenha nenhum óbice em relação às documentações fiscais ordinárias da empresa.

1.3.2.13 É de responsabilidade da CONTRATADA emitir nota fiscal referentes aos serviços prestados.

Observação: Quaisquer alterações nas especificações dos serviços e itens solicitados devem ser informadas e tratadas diretamente com a Gerência de Áreas Protegidas, pertencente à Diretoria de Patrimônio Natural do Instituto Água e Terra.

1.3.3 SERVIÇOS DE CONDUTOR + GUARDA DE EMBARCAÇÃO + MANUTENÇÃO BÁSICA (LOTE 5):

1.3.3.1 Condutor: Fornecimento de condutor devidamente habilitado, para a operação de embarcação própria do Instituto Água e Terra. A embarcação possui as seguintes especificações:

- **Modelo Pontoon – P32:**

Motor 200 HP;

Capacidade para 23 passageiros e 01 tripulante;

Comprimento total: 32 pés.

1.3.3.2 Guarda da embarcação: Ficará a cargo da CONTRATADA a guarda da embarcação em garagem náutica, devendo o local ser nas proximidades do Escritório Regional de Paranaguá ou da Estação Náutica de Pontal do Sul. O local deverá ser protegido e de fácil acesso, garantindo sua conservação e segurança.

1.3.3.3 Manutenção da embarcação: Ficará a cargo da CONTRATADA a execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva da embarcação e de seus equipamentos, incluindo limpeza periódica, inspeções de rotina e pequenos reparos necessários ao bom funcionamento e à navegabilidade.

1.3.3.4 O custo do abastecimento da embarcação ficará a cargo do Instituto Água Terra.

1.3.3.5 O piloto deverá ter no mínimo 21 anos de idade, não ter cometido infrações graves, gravíssimas ou ser reincidente em infrações médias nos últimos 12 (doze) meses.

1.3.3.6 Os serviços ora contratados destinam-se exclusivamente ao transporte de técnicos e colaboradores do Instituto Água e Terra, bem como de eventuais insumos, todos previamente alinhados e reportados à Gerência de Áreas Protegidas. Em nenhuma hipótese será permitido o transporte de pessoas, objetos e/ou cargas que não sejam diretamente relacionados às atividades da diretoria e à prestação de serviços nas Unidades de Conservação.

1.3.3.7 Fica expressamente proibida a utilização da embarcação para fins alheios ao descrito neste Termo de Referência.

1.3.3.8 Os deslocamentos ficarão restritos às Unidades de Conservação localizadas na Área de Proteção Ambiental de Guaratuba e deverão ser agendados previamente com a CONTRATADA, com uma antecedência mínima de 24 horas.

1.3.3.9 O CONTRATADO será responsável exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto neste Termo.

1.3.3.10 A manutenção deverá prever os seguintes serviços: Inspeções de rotina e limpeza; Manutenção do casco e estrutura; Revisão do sistema de propulsão e direção, inclusive a troca de equipamentos quando necessário; Revisão do sistema de segurança, inclusive a troca de equipamentos quando necessário.

1.3.3.11 Nos casos de problemas com as embarcações, após verificada na inspeção a irregularidade, a CONTRATADA deverá comunicar a CONTRATANTE e realizar as manutenções necessárias.

1.3.3.12 A CONTRATADA deverá garantir que não tenha nenhum óbice em relação às documentações fiscais ordinárias da empresa.

1.3.3.13 É de responsabilidade da CONTRATADA emitir nota fiscal referentes aos serviços prestados.

Observação: Quaisquer alterações nas especificações dos serviços e itens solicitados devem ser informadas e tratadas diretamente com a Gerência de Áreas Protegidas, pertencente à Diretoria de Patrimônio Natural do Instituto Água e Terra.

1.4 DA PADRONIZAÇÃO

Os objetos devem atender às especificações técnicas descritas no item 1.3 deste Termo de Referência. Caso haja necessidade de alterações, estas deverão ser comunicadas à CONTRATANTE, que tomará uma decisão quanto às modificações propostas.

1.5 DO FORNECIMENTO

O presente Termo de Referência tem como objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de fretamento de embarcações com condutor e de serviços de condução, guarda e manutenção preventiva e corretiva de embarcação pertencente ao Instituto Água e Terra (IAT). A contratação será realizada em lotes individuais a fim de garantir a maior competitividade. O início das atividades pela CONTRATADA ocorrerá após a formalização e assinatura do contrato administrativo elaborado pela CONTRATANTE, devendo os serviços serem executados conforme os prazos, a forma e as especificações técnicas aplicáveis neste Termo de Referência.

Os serviços serão destinados ao Escritório Regional de Paranaguá. Antes do início das atividades, a CONTRATADA deverá alinhar os detalhes operacionais com a Gerência de Áreas Protegidas, vinculada à Diretoria de Patrimônio Natural do Instituto Água e Terra, por meio do telefone (41) 2117-1403.

1.6 AMOSTRAS

Tendo em vista a natureza da contratação, qual seja a prestação de serviços relacionados ao fretamento de embarcações e a contratação de condutor, guarda e manutenção de embarcação do Instituto, não há justificativa para a solicitação de amostras. Contudo, é obrigatório que a CONTRATADA cumpra

integralmente as especificações indicadas no Item 1.3 deste Termo de Referência, com ênfase nas exigências relativas ao tipo de embarcações a serem utilizadas em cada caso.

2. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

O Estado do Paraná administra atualmente 73 Unidades de Conservação, das quais 28 estão abertas à visitação pública. Essas áreas de interesse ambiental relevante são criadas e protegidas pelo Poder Público com o objetivo de preservar a biodiversidade, proteger os recursos naturais e garantir a sustentabilidade dos ecossistemas. A gestão dessas unidades é conduzida pelo Instituto Água e Terra, por meio da Gerência de Áreas Protegidas, vinculada à Diretoria de Patrimônio Natural (DIPAN), cuja responsabilidade é garantir a proteção dos recursos ambientais e socioculturais presentes.

As Unidades de Conservação estão distribuídas por todo o Estado, cada uma com características e necessidades específicas. Nesta contratação, atenderemos às demandas das Unidades localizadas no litoral do Paraná, conforme listagem apresentada no Item 1.2, cujo acesso é dado prioritariamente ou exclusivamente por meio hidroviário.

Tal circunstância justifica a necessidade de contratação de uma empresa especializada na prestação de serviços de fretamento de embarcações com condutor, visto que esses serviços são essenciais para atender às demandas operacionais da Diretoria de Patrimônio Natural e garantir o funcionamento adequado das Unidades de Conservação litorâneas. A contratação desses serviços em pleno funcionamento é essencial para atender às necessidades dessas áreas, garantindo a continuidade das atividades dos técnicos, colaboradores e o transporte de insumos necessários à proteção e gestão ambiental das Unidades de Conservação.

Além disso, por meio do Termo de Doação nº 01/2025, decorrente da ação “Investe Parque”, foram incorporadas ao patrimônio do Instituto Água e Terra 03 (três) embarcações, sendo que duas delas serão destinadas ao apoio operacional das Unidades de Conservação situadas no litoral do Estado. Entretanto, o órgão não dispõe, em seu quadro técnico, de profissional habilitado para a condução de embarcações, tampouco de estrutura física adequada para a ancoragem, guarda e manutenção desses equipamentos. Diante desse contexto, identificou-se a necessidade de contratação de empresa especializada, apta a fornecer condutor devidamente habilitado para a execução dos deslocamentos náuticos das equipes técnicas, bem como a disponibilizar infraestrutura apropriada para abrigo e manutenção periódica da embarcação.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

Como solução identificada pela Diretoria de Patrimônio Natural para atender às necessidades das Unidades de Conservação litorâneas do Estado, propõe-se a contratação de uma empresa especializada na prestação de serviços de fretamento de embarcações com piloto. Essa empresa será responsável pelo transporte de técnicos, colaboradores e, quando necessário, de insumos e materiais até as referidas Unidades, garantindo o suporte logístico essencial para a realização de vistorias, fiscalizações e demais atividades operacionais.

Considerando que o serviço público desempenhado pela Diretoria de Patrimônio Natural é uma atividade de interesse coletivo, com foco na proteção e preservação ambiental das Unidades de Conservação, sua continuidade é imprescindível. Uma interrupção, ainda que parcial, pode acarretar prejuízos à gestão e fiscalização dessas áreas.

Diante do exposto, torna-se necessária a contratação de uma empresa especializada na prestação de serviços já citados, que atenda, de forma eficiente e contínua, às demandas operacionais das Unidades de Conservação.

4. PESQUISA DE PREÇOS

4.1 A Administração deve comprovar a busca da economicidade na escolha de um fornecedor, conforme prescreve o Acórdão TCU nº 7821/2010-P.

4.2 A pesquisa de preço do serviço a ser licitado não foi localizada em catálogos eletrônicos de padronização, tais como bancos de preços de dados públicos ou tabelas de referência aprovadas pelo Poder Executivo Federal. Além disso, não foram identificadas contratações similares realizadas pela Administração Pública, em execução ou concluídas, no último ano. Portanto, utilizamos o inciso IV, que se refere à pesquisa direta com os fornecedores, conforme se esclarece a seguir.

4.3 Foi elaborado, previamente ao certame, orçamentos detalhados em planilhas que expressam a composição de todos os custos unitários dos bens pretendidos, exigindo-se das licitantes as referidas composições em suas propostas, conforme demonstrado na planilha em sequência. Após utilizou-se o menor preço ofertado para valorar o valor máximo aceitável para cada item a ser adquirido.

4.4 A metodologia final de valoração está amparada no parágrafo 2º do artigo 2º da Instrução Normativa nº 5/2014 – MP estabelece que, no âmbito de cada parâmetro, para obtenção do resultado da pesquisa de preços será utilizado como critério ou metodologia a média, a mediana ou o menor dos preços obtidos. Ressalta-se ainda que a definição do método para estabelecer o preço de referência para a aquisição/contratação é tarefa discricionária do gestor público. Esse foi o entendimento do Tribunal de Contas da União– TCU no Acórdão 4952/2012 – Plenário, que diz:

“A definição da metodologia a ser empregada no processo de elaboração de pesquisa de preços se encontra nitidamente dentro do espaço de escolha discricionária da administração”.

Tabela 2 – Planilha de composição de preços

Lote	Quantidade	Unidade	Empresa A	Empresa B	Empresa C
01	12	Mês	R\$ 90.000,00	R\$ 91.660,00	R\$ 100.000,00
02	200	Diária	R\$ 2.990,00	R\$ 2.800,00	R\$ 2.900,00
03	20	Diária	R\$ 4.275,00	R\$ 4.500,00	R\$ 5.500,00
04	12	Mês	R\$ 21.000,00	R\$ 23.000,00	R\$ 24.600,00
05	12	Mês	R\$ 24.500,00	R\$ 25.500,00	R\$ 21.650,00

Tendo sido definido como o valor máximo aceitável o menor valor apresentado pelas empresas, chega-se ao montante de R\$ 2.237.300,00 (Dois milhões, duzentos e trinta e sete mil e trezentos reais) para o atendimento dos 05 (cinco) lotes demandados.

A composição do quantitativo expresso nesse Termo de Referência baseia-se na necessidade levantada pela Gerência de Áreas Protegidas, vinculada a Diretoria de Patrimônio Natural, do Instituto Água e Terra.

5. PARCELAMENTO DO OBJETO

A contratação dos serviços indicados no objeto deste Termo de Referência será realizada em 05 (cinco) lotes, fundamentando-se na maior competitividade entre os fornecedores. Essa definição não compromete a competitividade do processo licitatório, uma vez que diversas empresas do mercado possuem condições e aptidões para cotar os subitens a serem contratados, o que resultará em ampla competitividade. Tal competitividade pode gerar repercussões positivas para esta licitação, favorecendo a obtenção de propostas mais vantajosas.

6. SUSTENTABILIDADE

6.1 A CONTRATADA deverá obedecer, no que couber, aos critérios de sustentabilidade conforme determina o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União (AGU), 6ª edição, setembro 2023, durante toda a vigência do contrato.

7. CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Devido ao valor estimado, a contratação será realizada por meio de processo licitatório. No entanto, não será aplicada a reserva para contratação exclusiva de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP), Microempreendedores Individuais (MEI) e Cooperativas, conforme previsto no art. 48, inciso I, da Lei Complementar Federal nº123, de 2006, uma vez que o valor do lote supera o montante de R\$80.000,00 (oitenta mil reais).

De acordo com o Art. 49, inciso III, da mesma legislação, prevê-se que, caso o tratamento diferenciado e simplificado para ME, EPP e MEI não seja vantajosa para a Administração Pública ou cause prejuízos ao conjunto do objeto contratado, a autoridade competente pode dispensar ou isentar a reserva de 25% destinados a essas empresas.

Nesse contexto, considerando que os lotes superam o montante de R\$80.000,00 (oitenta mil reais) e que a divisão do lote em mais de um contrato, ou o desdobramento para várias empresas, acarretaria dificuldades na gestão contratual, como a necessidade de garantir diversos contratos para um único objeto, justifica-se a continuidade do processo de contratação em ampla concorrência, sem fragmentação dos lotes. Essa abordagem visa melhorar a eficiência e a gestão do contrato pela Administração.

8. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS

Os objetos dessa licitação são classificados como bens e serviços comuns, pois possuem especificações usuais de mercado e padrão de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o art. 453, do Decreto Estadual n.º 10.086/2022.

9. DO LOCAL, DO PRAZO E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

9.1 A prestação dos serviços de fretamento de embarque com piloto (Lotes 1, 2 e 3), designada à Diretoria de Patrimônio Natural, deverá ser realizada de acordo com as especificações técnicas previstas no item 1.3.1 deste Edital. A sede para a execução será o Escritório Regional de Paranaguá, localizado na Rua Benjamim Constant, 277, Centro Histórico, Paranaguá – PR, CEP: 83203-450, com início imediato.

9.2 A prestação dos serviços de condução, guarda e manutenção preventiva e corretiva de embarcação (Lote 4 e 5), designada à Diretoria de Patrimônio Natural, deverá ser realizada de acordo com as especificações técnicas previstas nos itens 1.3.2 e 1.3. deste Edital. A sede para a execução do Lote 4 será o Escritório Regional de Paranaguá, localizado na Rua Benjamim Constant, 277, Centro Histórico, Paranaguá – PR, CEP: 83203-450, e o Terminal de Embarque de Pontal do Sul, localizado na Rua Flôr de Maio, 719, Ponta do Sul, Pontal do Paraná-PR, 83255-000 com início imediato. Para o Lote 5, o local de execução será aquele definido pela CONTRATADA como a marina de guarda da embarcação, devendo esta ficar localizada no município de Guaratuba.

9.3 Os serviços prestados pela CONTRATADA estarão sujeitos à inspeção pelo servidor designado pela Diretoria de Patrimônio Natural do Instituto Água e Terra, especificamente para esse fim, sendo este responsável por atestar a execução do serviço.

9.4 A CONTRATADA deverá encaminhar mensalmente Diário de Bordo para o fiscal do contrato, contendo informações sobre o roteiro, identificação do solicitante, data e horário de saída e retorno, e a respectiva Nota Fiscal.

9.5 Após a comprovação do diário de bordo pelo fiscal designado, este será responsável pela coleta e atesto das respectivas Notas Fiscais emitidas pela CONTRATADA, encaminhando-as imediatamente ao setor financeiro do Instituto Água e Terra para pagamento.

9.6 Caso os serviços prestados não atendam às especificações ordinárias, eles não serão aceitos, devendo ser pausados pela CONTRATADA, por sua conta e risco, imediatamente após uma notificação enviada pela CONTRATANTE.

9.7 Os serviços poderão ser rejeitados, total ou parcialmente, caso não estejam em conformidade com as especificações deste Termo de Referência e da proposta. Nessa hipótese, a CONTRATADA deverá acertar os serviços no prazo de 7 (sete) dias, contados a partir da notificação, sem custos adicionais e sem prejuízo a CONTRATANTE.

9.8 A prestação de serviços, seja de forma provisória ou definitiva, não isenta a CONTRATADA da responsabilidade por eventuais prejuízos decorrentes da execução incorreta do contrato.

9.9 A CONTRATADA deverá garantir a disponibilidade e capacidade de prestar os serviços nos locais definidos neste documento, conforme as condições e necessidades previstas pela CONTRATANTE.

10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE

10.1 São obrigações do CONTRATADO:

10.1.1 Prestar os serviços apresentados no objeto desta contratação em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes aos serviços realizados, por período.

10.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990).

10.1.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos.

10.1.4 Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de início dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

10.1.5 Indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato.

10.1.6 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.1.7 Manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente.

10.1.8 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

10.1.9 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.9.1 Alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração.

10.1.9.2 Retardamentos na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração.

10.1.9.3 Aumentos das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

10.1.10 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização da CONTRATANTE cujas obrigações são atender prontamente.

10.1.11 A CONTRATADA obriga-se a disponibilizar-se todo o corpo técnico especializado, equipamentos, alimentação, transporte e todas as despesas que por ventura forem necessárias para a prestação dos serviços, sem qualquer ônus adicional à CONTRATANTE.

10.1.12 A CONTRATADA será responsável por eventuais prejuízos causados a pessoas ou bens públicos ou particulares, respondendo civil e criminalmente pelos danos causados a terceiros.

10.1.13 A CONTRATADA obriga-se cumprir com os dispostos no inciso XXXIII do art.7º da Constituição Federal (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos).

10.1.14 A CONTRATADA obriga-se a sanar imediatamente quaisquer irregularidades ou defeitos verificados pela CONTRATANTE durante a vigência do contrato.

10.1.15 Cumprir os horários, trajetos e itinerários estabelecidos pela CONTRATANTE.

10.1.16 Tratar com cortesia e urbanidade os colaboradores e técnicos do Instituto Água e Terra que vierem a utilizar do meio de transporte.

10.1.17 Responder, direta ou indiretamente, por qualquer dano causado ao CONTRATANTE, aos colaboradores ou a terceiros, por dolo ou culpa.

10.1.18 Cumprir as determinações do CONTRATANTE, inclusive as exigências do Edital e seus anexos;

10.1.19 Alterar os itinerários e horários, conforme solicitação da CONTRATANTE, bem como executar eventuais itinerários não previstos neste documento, desde que relacionados às atividades essenciais para a gestão das Unidades de Conservação, com o devido alinhamento das alterações e dos valores acordados, quando necessário.

10.1.20 Submeter as embarcações a vistorias técnicas e manutenções periódicas.

10.1.21 Manter as embarcações de acordo com os requisitos exigidos pela legislação de trânsito e demais normas aplicadas à espécie, inclusive quanto às novas disposições legais que venham a ser editadas.

10.1.22 Manter as embarcações sempre limpas e em condições ideais de segurança.

10.1.23 Arcar com as despesas referentes aos serviços objeto dessa contratação, inclusive os tributos Municipais, Estaduais e Federais incidentes sobre os serviços prestados.

10.1.24 Permitir aos encarregados da fiscalização o livre acesso às embarcações destinadas à prestação dos serviços.

10.2 São obrigações do CONTRATANTE:

10.2.1 Receber os serviços no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

10.2.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

10.2.3 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e validação dos serviços.

10.2.4 Comunicar ao CONTRATADO, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção.

10.2.5 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento e o desempenho das obrigações do CONTRATADO, através de comissão ou de servidores especialmente designados, para o atendimento das condições aqui estabelecidas para a execução dos serviços de transporte hidroviário.

10.2.6 Efetuar o pagamento ao CONTRATADO no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos.

10.2.7 Efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo CONTRATADO, no que couber.

10.2.8 Emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato.

10.2.9 Ressarcir o CONTRATADO, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização.

10.2.10 Adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência.

10.2.11 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO.

10.2.12 Notificar o CONTRATADO a respeito dos vícios verificados na execução dos serviços.

10.2.13 Tomar todas as providências, a seu cargo, necessárias ao cumprimento do objeto deste Termo de Referência.

11. FORMA DE PAGAMENTO

11.1 O CONTRATADO deverá encaminhar mensalmente o Diário de Bordo e a respectiva Nota Fiscal para o fiscal do contrato, o qual atestará os documentos e encaminhará para o setor de pagamento.

11.2 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto do Diário de Bordo e da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do CONTRATADO em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do

Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

11.3 Nos lotes em que a contratação se dá através de diárias, o pagamento ocorrerá conforme a efetiva utilização dos serviços. De forma que, se ao fim do prazo do contrato houver diárias restantes, poderá ser celebrada a prorrogação do instrumento por igual período, verificado o interesse de ambas as partes. Se ao final do período da prorrogação ainda restar diárias, tais créditos serão encerrados juntamente com o contrato.

11.4 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.4.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira Contratado pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

11.5 O prazo estabelecido no item 11.2 ficará suspenso na hipótese prevista no item 12.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

11.5.1 Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

11.6 As notas fiscais devem ser emitidas em nome do Instituto Água e Terra, CNPJ 68.596.162/0001-78, Rua Desembargador Westphalen nº 3206, Parolin, Curitiba – PR, constando número da licitação, lote/item e validade dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

11.7 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o CONTRATADO não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{36} \quad I = 0,00016438$$

36 TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

12.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

12.2 Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

12.3 Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no Anexo II deste edital.

12.4 O critério de julgamento da proposta está definido no Item 2 das Condições Específicas do Pregão.

12.5 As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do CONTRATADO com outra pessoa jurídica, desde que: a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13.2 A alteração subjetiva a que se refere o Item 13.1 deverá ser formalizada pôr termo aditivo ao contrato.

14. SUBCONTRATAÇÃO

14.1 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1 A CONTRATADA se compromete a prestar garantia de execução dos serviços com a finalidade de assegurar o cumprimento integral das obrigações assumidas neste contrato de prestação de serviços, abrangendo, entre outros aspectos, o fornecimento da embarcação, combustível, funcionários capacitados, manutenção, e a execução dos serviços nas demais condições estabelecidas.

15.2 A garantia de execução deverá ser prestada no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total estimado do contrato e poderá ser constituída por uma das seguintes modalidades, a critério da CONTRATANTE:

- a) Caução em dinheiro;
- b) Seguro-garantia, emitido por seguradora devidamente registrada na Superintendência de Seguros Privados (SUSEP);

- c) Fiança bancária, emitida por instituição financeira de primeira linha;
- d) Outros meios de garantia aceitos pela CONTRATANTE, mediante acordo prévio entre as partes.

15.3 A garantia deverá ter validade durante toda a vigência do contrato, incluindo eventuais prorrogações, e até a quitação de todas as obrigações contratuais por parte da CONTRATADA.

15.4 Em caso de inadimplência das obrigações contratuais por parte da CONTRATADA, incluindo a não prestação ou a prestação inadequada dos serviços de fretamento, a CONTRATANTE poderá exigir a garantia, independente de notificação judicial ou extrajudicial, com o objetivo de ressarcir-se dos prejuízos sofridos, incluindo multas contratuais, custos de substituição dos serviços ou danos decorrentes da inexecução.

15.5 A garantia será restituída a CONTRATADA após o término do contrato, uma vez que seja verificada a execução integral das obrigações e a inexistência de pendências financeiras ou contratuais, no prazo de 30 dias.

15.6 A execução da garantia, parcial ou integralmente, não exclui a aplicação de multas e outras sanções previstas no presente contrato ou na legislação aplicável, em caso de descumprimento das obrigações.

16. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

16.1 A CONTRATADA se compromete a garantir a plena funcionalidade, integridade e manutenção das embarcações e de todos os equipamentos a bordo, durante o período de vigência do contrato, assegurando que os bens utilizados estejam em condições adequadas de operação e em conformidade com as especificações técnicas acordadas para a devida prestação dos serviços.

16.2 A garantia contratual terá vigência durante todo o período de prestação dos serviços.

16.3 A CONTRATA será responsável por realizar, às suas próprias despesas, todas as manutenções preventivas e corretivas necessárias para manter a embarcação e seus equipamentos utilizados na prestação dos serviços em perfeito estado de funcionamento durante a vigência do contrato.

16.4 Em caso de falhas, avarias ou defeitos apresentados nas embarcações que comprometam a prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá providenciar os reparos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a notificação da CONTRATANTE. Caso o reparo não seja concluído dentro do prazo estipulado, a CONTRATADA deverá disponibilizar uma embarcação substituta, em condições equivalentes, sem qualquer ônus adicional à CONTRATANTE.

16.5 A CONTRATADA é responsável por quaisquer danos causados a embarcação, seus equipamentos ou a terceiros, decorrentes de falhas de manutenção, operação ocasional, danos de fabricação ou qualquer outro acidente relacionado aos bens.

16.6 Em caso de danos irreparáveis ou perda total da embarcação ou dos equipamentos utilizados na prestação dos serviços durante a vigência do contrato, a CONTRATANTE deverá substituir os bens danificados por outros com as mesmas especificações técnicas, no prazo máximo de 24 horas.

16.7 A CONTRATADA deverá manter vigente, durante todo o período de prestação dos serviços, uma política de segurança que assegure a cobertura de eventuais danos às embarcações, seus equipamentos e terceiros, resultantes de acidentes ou eventos imprevisíveis.

16.8 A CONTRATANTE terá o direito de realizar inspeções periódicas nas embarcações e em seus equipamentos para verificar o cumprimento das condições de garantia. Caso sejam identificadas inconformidades, a CONTRATANTE será notificada para proceder às devidas correções no prazo de 24 horas.

16.9 Ao término do contrato, a CONTRATADA deverá garantir a retirada das embarcações e de todos os seus equipamentos do local designado pela CONTRATANTE. Quaisquer reparos necessários para restabelecer as condições originais das embarcações e equipamentos serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE.

17. VIGÊNCIA

17.1 Em conformidade com art. 6.º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o Contrato a ser firmado terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses.

17.1.1 O prazo de vigência do contrato poderá ser prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado.

17.1.2 Quando a não conclusão decorrer de culpa do CONTRATADO:

- a) o CONTRATADO será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;
- b) a Administração poderá optar pela extinção do Contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

18. DO REAJUSTAMENTO

18.1 A periodicidade de reajuste do valor do CONTRATADO será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) - baseado na inflação do país, o indicador mede a variação dos preços de um conjunto de produtos e serviços em geral, apresentando menor volatilidade.

18.1.1 A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado.

18.1.2 O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

18.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

18.3 Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

18.4 A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

19.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: Definida pela DIAFI

Fonte de Recursos: Definida pela DIAFI

Plano Atividade: Definida pela DIAFI

Elemento de Despesa: Definida pela DIAFI

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

21. DECRETO ESTADUAL N.º 10.086, de 2022

Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e as orientações constantes da Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

Curitiba, *na data de assinatura*

Responsável pela Elaboração do Termo de Referência

Tâmy de Souza Piazer
Engenheira Civil

De acordo,

Rafael Andreguetto
Diretor de Patrimônio Natural

Jean Alex dos Santos
Gerente de Áreas Protegidas

Alan Lessa Derci Augustynczik
Coord. de Divisão de Unidade de Conservação

ANEXO II
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. O licitante convocado para apresentar os documentos de habilitação, deverá entregar, no prazo máximo de 02 (duas) horas, a contar da notificação, os documentos de habilitação, os quais devem ser enviados por processo eletrônico de comunicação à distância conforme estabelecido no presente Edital:

1.1 Todos os licitantes deverão estar registrados no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), para efeito de cadastro unificado de licitantes.

1.2 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA: Cédula de Identidade, no caso de pessoa física. Registro comercial, no caso de empresa individual. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País. Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso.

1.3 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA: Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal; Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias); Fazenda Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação); e Fazenda Municipal; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011; Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

1.4 DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

1.4.1 O fornecedor deverá encaminhar:

1.4.1.1 balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

1.4.1.2 para pessoa jurídica, certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

1.4.1.3 os documentos exigidos no item 1.4.1.1 serão limitados ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

1.4.1.3.1 as empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

1.4.1.4 a comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$\begin{aligned} &\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo} \\ \text{LG} = &\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}{\text{Ativo Total}}; \\ &\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante} \\ \text{SG} = &\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}; \text{ e} \\ &\text{Passivo Circulante} \end{aligned}$$

1.4.1.5 As empresas, cadastradas ou não no Portal Nacional de Contratações Pública (PNCP), deverão apresentar resultado: superior ou igual a 0,5 (cinco décimos) no índice de Liquidez Geral (LG); superior ou igual a 0,5 (cinco décimos) no índice de Solvência Geral (SG); superior ou igual a 0,50 (cinco décimos) no índice de

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Acesso em 19/01/2026 às 09:29h

Liquidez Corrente (LC).

1.4.1.6 As empresas DEVERÃO APRESENTAR OS ÍNDICES JÁ CALCULADOS, com assinatura do contador e do representante legal da empresa, que serão analisados com base no balanço apresentado.

1.5 DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

1.5.1 1 (um) ou mais atestados de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão do licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o(s) lote(s) arrematado(s).

1.6 DECLARAÇÃO DE QUE O LICITANTE TOMOU CONHECIMENTO DE TODAS AS INFORMAÇÕES E DAS CONDIÇÕES LOCAIS PARA O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES OBJETO DA LICITAÇÃO-(Anexo VI);

1.7 DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO, NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES, DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LOGÍSTICA REVERSA DOS PRODUTOS E DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS (Anexo V).

1.8 COMPROVANTE DA CONDIÇÃO DE ME OU EPP, se for o caso: Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede do licitante ou documento equivalente, **além de Declaração escrita** sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006 (**ANEXO IX**), bem como o Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a Resolução n.º 1.418, de 2012, do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir (art. 122, parágrafo único do Decreto Estadual nº 10.086/2022).

1.8.1 De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

1.8.1.1 A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.

1.9 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

1.10 Na hipótese do item 1.8.1, as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

1.11 Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

1.12 Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz). Quando a proposta for apresentada pela MATRIZ, e o fornecimento for através de sua filial, o CNPJ da filial deverá constar da proposta.

ANEXO III**MODELO DE DESCRITIVO DA PROPOSTA DE PREÇOS****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 49 Ano: 2026****DADOS DO PRESTADOR DE SERVIÇO**

Prestador de serviço		
CNPJ/CPF :	Inscrição Estadual :	
Endereço :		
Bairro:		
CEP:	Cidade:	Estado:
Telefone:	Fax:	e-mail:
Banco: 001 – Banco do Brasil	Agência:	Conta-corrente:

Constitui objeto desta licitação: contratação de serviços de fretamento de embarcações com condutor e de serviços de condução, guarda e manutenção preventiva e corretiva de embarcações pertencentes ao Instituto Água e Terra (IAT).

Lote	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor unitário	Valor total
1	Prestação de Serviços de Fretamento: Condutor + Embarcação Motorizada (vide item 1.3.1.1), para o Transporte de Técnicos e Colaboradores até as devidas UC's: – Parque Estadual Ilha das Cobras. PERCURSO: Saindo do Escritório Regional do Instituto Água e Terra em Paranaguá até a UC (IDA E VOLTA).	Mês	12	R\$	R\$
2	Prestação de Serviços de Fretamento: Condutor + Embarcação Motorizada (vide item 1.3.1.1), para o Transporte de Técnicos e Colaboradores até as devidas UC's: – Parque Estadual da Ilha do Mel; – Estação Ecológica da Ilha do Mel; – Parque Estadual do Palmito; – Parque Estadual do Boguaçu; – Estação Ecológica de Guaraguaçu; – APA de Guaraqueçaba; – APA de Guaratuba. PERCURSO: Saindo do Escritório Regional do Instituto Água e Terra em Paranaguá até as UC's (IDA E VOLTA).	Diária	200	R\$	R\$
3	Prestação de Serviços de Fretamento: Condutor + Embarcação Motorizada (vide item 1.3.1.2), para o Transporte de Cargas (em casos excepcionais). PERCURSO: Saindo do Escritório Regional do Instituto Água e Terra em Paranaguá até as UC's (IDA E VOLTA)	Diária	20	R\$	R\$
4	Prestação dos Serviços (vide item 1.3.2) de: • Disponibilização de espaço apropriado para guarda/estacionamento da embarcação própria do	Mês	12	R\$	R\$

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Acesso em 19/01/2026 às 09:29h

Protocolo nº 25.072.298-2 – Pregão Eletrônico nº 49/2026 – Serviços – EDITAL (página 18 de 37)

Lote	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor unitário	Valor total
	Instituto Água e Terra(b); <ul style="list-style-type: none">• Fornecimento de condutor habilitado;• Execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva. LOCAL DE EMBARQUE: Escritório Regional do Instituto Água e Terra em Paranaguá e Terminal de Embarque de Pontal do Sul				
5	Prestação dos Serviços (vide item 1.3.3) de: <ul style="list-style-type: none">• Disponibilização de espaço apropriado para guarda/estacionamento da embarcação própria do Instituto Água e Terra(b);• Fornecimento de condutor habilitado;• Execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva. LOCAL DE EMBARQUE: O local de embarque será aquele no qual ficará a embarcação. A marina deverá estar localizada no município de Guaratuba	Mês	12	R\$	R\$

2. A validade da proposta é de 180 (cento e oitenta) dias.

3. A empresa vencedora é responsável pela qualidade do serviço contratado, inclusive, durante o período de garantia. O Contratado deverá reparar, corrigir ou refazer, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou dos materiais utilizados.

4. Os preços cotados contemplam todos os custos diretos, indiretos e despesas que compõem a prestação de serviços, tais como as despesas com impostos, taxas e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no Contrato.

5. Quando for o caso, os preços cotados contemplam o custo do fornecimento de materiais inerentes ao serviço e os demais relacionados ao objeto, conforme definido no Termo de Referência.

6. O arrematante atesta o atendimento das exigências técnicas conforme Anexo I do Edital.

7. O arrematante DECLARA que, para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

Local e data

Representante Legal

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Acesso em 19/01/2026 às 09:29h

ANEXO IV
MODELO DE PROCURAÇÃO¹

OUTORGANTE: XXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, neste ato representado por XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado na Rua XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

OUTORGADO: XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, e do CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

PODERES: Por este instrumento, o OUTORGANTE confere ao OUTORGADO os mais amplos e gerais poderes, para em seu nome representá-lo no(a) Pregão Eletrônico n.º 49/2026, podendo para tanto protocolar e receber documentos, assinar declarações, propostas e contratos de prestação de serviços, interpor recurso, efetuar e efetivar lances no pregão, enfim, todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato.

Local e data

OUTORGANTE

¹ A procuração deverá ser acompanhada de cópia do documento oficial de identidade do outorgado.

ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO

(timbre ou identificação do licitante)

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, **DECLARA**, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como:

1. INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Que não se enquadra em nenhuma das vedações contidas no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021, em especial:

1.1 Não mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

1.2. Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2. NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES

Que não utiliza a mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal.

3. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À POLÍTICA AMBIENTAL DE LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL

Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

4. DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Local e data.

Nome do representante legal

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto

Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Acesso em 19/01/2026 às 09:29h

ANEXO VI
MODELOS DE DECLARAÇÃO

01 – TERMO DE VISTORIA
(timbre ou identificação do licitante)

Pregão Eletrônico nº 49/2026

Declaramos que a empresa XXXXX, inscrita no CNPJ nº XXXXX estabelecida na cidade de XXXXX, Estado de XXXXX, no endereço XXXXX, telefone nº XXXX, por meio de seu representante XXXXX, portador do R.G nº XXXXX, expedido pela XXXXX, para fins de participação na licitação, vistoriou as instalações do XXXXX [ÓRGÃO/ENTIDADE], onde tomou conhecimento dos aspectos técnicos e das condições para a execução dos serviços, estando satisfeita com as informações e esclarecimentos obtidos na aludida visita e plenamente capacitada a elaborar a proposta para a licitação em tela, de modo a não incorrer em omissões, que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de inclusão de serviços, quantitativos de material ou acréscimo dos preços.

Por ser verdade, firmamos o presente.

XXXX [Local], XX de XXXX de XXXX.

[NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE DO LICITANTE – NOME DA EMPRESA]

[NOME DO SERVIDOR RESPONSÁVEL]

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Acesso em 19/01/2026 às 09:29h

ANEXO VI
MODELOS DE DECLARAÇÃO

02 – DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO

(timbre ou identificação do licitante)

Pregão Eletrônico nº 49/2026

Declaro que a empresa XXXXX, inscrita no CNPJ nº XXXXX estabelecida na cidade de XXXXX, Estado de XXXXX, no endereço XXXXX, telefone nº XXXX, por meio de seu representante legal XXXXX, portador do R.G nº XXXXX, expedido pela XXXXX, para fins de participação nessa licitação, tem pleno conhecimento das condições locais e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos e assume total responsabilidade por este fato, de forma que a falta de conhecimento das condições do local, onde serão executados os serviços, não será utilizada para quaisquer questionamentos futuros e jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de inclusão de serviços, quantitativos de material ou acréscimo dos preços.

Por ser verdade, firmo o presente.

XXXX [Local], XX de XXXX de XXXX.

[NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE DO LICITANTE – NOME DA EMPRESA]

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Acesso em 19/01/2026 às 09:29h



ESTADO DO PARANÁ
INSTITUTO ÁGUA E TERRA - IAT
Diretoria Administrativa e Financeira
Setor de Licitação



Protocolo nº 25.072.298-2 – Pregão Eletrônico nº 49/2026 – Serviços – EDITAL (página 23 de 37)

ANEXO VII
LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
Local de Prestação dos Serviços: Conforme Termo de Referência
Responsável pelo Recebimento: Tâmy de Souza Piazer
Telefone: (41) 2117-1403
Horário de Funcionamento: Conforme Termo de Referência

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.
Atualização: maio/2025.
Acesso em 19/01/2026 às 09:29h

ANEXO VIII
MINUTA PADRÃO - CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATO N° XXXXXXXXX

CONTRATANTE: [O ESTADO DO PARANÁ, através do órgão XXXXXXXXX] ou [A ENTIDADE PÚBLICA], com sede no(a) XXXXXXXXX, inscrito(a) no CNPJ sob o n.º XXXXXXXXX, neste ato representado(a) pelo(a) [CARGO E NOME DA AUTORIDADE], nomeado pelo Decreto n° XXXXXXXXX, inscrito(a) no CPF sob o n.º XXXXXXXXX, portador do RG n.º XXXXXXXXX, expedido por XXXXXXXXX.

CONTRATADO(A): [NOME], inscrito no CNPJ/CPF sob o n.º XXXXXXXXX, com sede no(a) XXXXXXXXX, neste ato representado por [NOME E QUALIFICAÇÃO], inscrito(a) no CPF sob o n.º XXXXXXXXX, portador do RG n.º XXXXXXXXX, expedido por XXXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXXX, e-mail XXXXXXXXX e telefone XXXXXXXXX.

O presente Contrato será regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022; pelo edital do Pregão Eletrônico n.º 49/2026 (protocolo n.º 25.072.298-2) do procedimento licitatório que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, pela proposta do licitante vencedor e pelas cláusulas e condições seguintes:

1 OBJETO:

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de fretamento de embarcações com condutor e de serviços de condução, guarda e manutenção preventiva e corretiva de embarcações pertencentes ao Instituto Água e Terra (IAT), conforme descrito no Termo de Referência.

Lote	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor unitário	Valor total
1	Prestação de Serviços de Fretamento: Condutor + Embarcação Motorizada (vide item 1.3.1.1), para o Transporte de Técnicos e Colaboradores até as devidas UC's: – Parque Estadual Ilha das Cobras. PERCURSO: Saindo do Escritório Regional do Instituto Água e Terra em Paranaguá até a UC (IDA E VOLTA).	Mês	12	R\$	R\$
2	Prestação de Serviços de Fretamento: Condutor + Embarcação Motorizada (vide item 1.3.1.1), para o Transporte de Técnicos e Colaboradores até as devidas UC's: – Parque Estadual da Ilha do Mel; – Estação Ecológica da Ilha do Mel; – Parque Estadual do Palmito; – Parque Estadual do Boguaçu; – Estação Ecológica de Guaraguaçu; – APA de Guaraqueçaba; – APA de Guaratuba. PERCURSO: Saindo do Escritório Regional do Instituto Água e Terra em Paranaguá até as UCs (IDA E VOLTA).	Diária	200	R\$	R\$

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: maio/2025.
Acesso em 19/01/2026 às 09:29h

Protocolo nº 25.072.298-2 – Pregão Eletrônico nº 49/2026 – Serviços – EDITAL (página 25 de 37)

3	Prestação de Serviços de Fretamento: Condutor + Embarcação Motorizada (vide item 1.3.1.2), para o Transporte de Cargas (em casos excepcionais). PERCURSO: Saindo do Escritório Regional do Instituto Água e Terra em Paranaguá até as UCs (IDA E VOLTA)	Diária	20	R\$	R\$
4	Prestação dos Serviços (vide item 1.3.2) de: • Disponibilização de espaço apropriado para guarda/estacionamento da embarcação própria do Instituto Água e Terra(b); • Fornecimento de condutor habilitado; • Execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva. LOCAL DE EMBARQUE: Escritório Regional do Instituto Água e Terra em Paranaguá e Terminal de Embarque de Pontal do Sul	Mês	12	R\$	R\$
5	Prestação dos Serviços (vide item 1.3.3) de: • Disponibilização de espaço apropriado para guarda/estacionamento da embarcação própria do Instituto Água e Terra(b); • Fornecimento de condutor habilitado; • Execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva. LOCAL DE EMBARQUE: O local de embarque será aquele no qual ficará a embarcação. A marina deverá estar localizada no município de Guaratuba	Mês	12	R\$	R\$

2 FUNDAMENTO:

Este contrato decorre do Pregão Eletrônico n.º 49/2026, objeto do processo administrativo n.º 25.072.298-2, com homologação publicada no sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial do Estado n.º XXXXXXXXX, de XXXXXXXXX e conforme ato de autorização nas fls. [XXXX] deste protocolo.

3 PREÇO E VALOR DO CONTRATO:

3.1 O Contratante pagará ao Contratado os preços globais previstos em sua proposta, que é parte integrante deste contrato.

3.2 O valor total do contrato é de R\$ XXXXXXXXX (VALOR POR EXTENSO).

3.3 No preço pactuado estão incluídas todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, além dos materiais inerentes à prestação dos serviços contratados.

4 REAJUSTE

4.1 A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal nº 10.192/2001, utilizando-se do IPCA.

4.1.1 O reajuste deverá ser solicitado pelo Contratado mediante requerimento protocolado até trinta dias antes do fim de cada período de doze meses.

4.1.2 A assinatura do aditivo ao contrato mantendo as demais cláusulas em vigor, sem ressalva em relação ao reajustamento de preços, importará renúncia quanto às parcelas reajustáveis anteriores ao aditivo.

4.2 O reajuste será concedido mediante apostilamento, conforme dispõe o § 6.º do art. 170 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto

Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Acesso em 19/01/2026 às 09:29h

4.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

4.3.1 Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

4.3.1.1 A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

5 DA RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

5.1 A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme item 5.3 deste Contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 10 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

5.2 A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme o item 5.3 deste edital, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas nos arts. 11 e 12 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

5.3 Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.

5.4 A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos serviços prestados, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

6 EXECUÇÃO E CONTROLE DOS SERVIÇOS:

6.1 A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Unitário.

6.2 O serviço terá início após a formalização e assinatura do contrato.

6.3 Os serviços serão prestados CONFORME o Anexo VII, na forma, nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência, que integra o presente contrato para todos os fins.

6.4 Os serviços devem ser recebidos provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico; no prazo de 02 (dois) dias.

6.5 Nos termos do art. 359 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, poderá ser dispensado o recebimento provisório nos serviços até o valor previsto no inciso II do art. 75, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

6.6 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

6.6.1 Na hipótese da verificação a que se refere o item anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do fornecimento do objeto ou do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

6.8 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com as especificações constantes do termo de referência, da proposta ou do contrato, podendo ser fixado pelo fiscal do contrato, avaliado o caso concreto, um prazo para a substituição do bem, ou o refazimento do serviço, à custas do contratado, e sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7 FONTE DE RECURSOS:

7.1 A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Gestão/Unidade: 6931 – IAT;

Fonte de Recursos: 799, detalhamento 258;

Programa de Trabalho: 6931 1854 123 8283 - Gestão do Patrimônio Natural

Elemento de Despesa: 3390.39.14 - Locação de Bens Móveis e Outras Naturezas e Intangíveis;

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Acesso em 19/01/2026 às 09:29h

8 VIGÊNCIA:

8.1 O prazo de vigência do contrato é de 24 (vinte e quatro) meses, contados de __/__/__ a __/__/__, podendo ser prorrogado por interesse das partes com base nos artigos 106 e 107 da Lei 14.133, de 2021.

9 PAGAMENTO:

9.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos, e da verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

9.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, na prestação de serviços ou no cumprimento de obrigações contratuais.

9.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeira Contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505/2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

9.3 O prazo estabelecido no item 9.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 12.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

9.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

9.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

9.5 O pagamento a ser efetuado ao Contratado, quando couber, estará sujeito às retenções na fonte de tributos, inclusive contribuições sociais, de acordo com os respectivos normativos.

9.6 Os pagamentos devidos ao Contratado restringem-se aos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

10 OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE

10.1 São obrigações do Contratado:

10.1.1 executar os serviços conforme especificações contidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade lá especificadas;

10.1.2 reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.1.3 Manter os empregados nos horários predeterminados pela Administração, quando for o caso;

10.1.4 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), ficando o Contratante autorizado a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos ao Contratado, o valor correspondente aos danos

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Acesso em 19/01/2026 às 09:29h

sofridos;

10.1.5 utilizar empregados habilitados e com conhecimento dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

10.1.6 zelar para que os empregados se apresentem uniformizados e portem crachá de identificação, nos casos de serviços a serem prestados nas dependências da contratante, e utilizem os equipamentos de proteção individual (EPI) necessários à segurança no trabalho, na forma da lei;

10.1.7 apresentar ao contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço a serem prestados nas dependências do contratante;

10.1.8 responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao contratante;

10.1.9 atender as solicitações da contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado o descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos;

10.1.10 instruir os empregados da observância obrigatória das normas internas da Administração, salvo disposição que especificamente os dispense;

10.1.11 instruir os empregados sobre as atividades que devem desempenhar e proibi-los de exercer atividades não relacionadas à execução do objeto contratado, devendo prontamente relatar à contratante qualquer ocorrência capaz de caracterizar desvio de função;

10.1.12 relatar ao Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

10.1.13 não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.1.14 manter-se, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, e com as condições exigidas para a habilitação na licitação;

10.1.15 manter atualizado os seus dados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.16 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;

10.1.17 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.17.1. alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.17.2 superveniência de fato excepcional ou imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

10.1.17.3 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.17.4 aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

10.1.17.5. impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

10.1.17.6. omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

10.1.18 ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou serviço técnico especializado, inclusive daqueles que contemplem o desenvolvimento de programas e aplicações de internet para computadores, máquinas, equipamentos e dispositivos de tratamento e de comunicação da informação (software) e a respectiva documentação técnica associada, para livre uso e alteração pela Administração Pública em outras ocasiões, nos termos do artigo 93 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

10.1.19 Ceder os direitos e fornecer os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra quando o projeto se referir à obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio;

10.1.20 Garantir ao contratante:

10.1.20.1 o direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Acesso em 19/01/2026 às 09:29h

adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo ao contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

10.1.20.2 os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiras subcontratadas, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa do contratante.

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 receber o objeto no local, prazo e nas condições estabelecidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;

10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;

10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do termo de referência, do edital de licitação e seus anexos, bem como da proposta, para fins de aceitação e, após, para o recebimento definitivo;

10.2.4 comunicar ao contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do contratado, por intermédio de comissão ou servidor especialmente designado;

10.2.6 efetuar o pagamento ao contratado no valor correspondente ao efetivo fornecimento do objeto ou à efetiva execução do serviço ou etapa do serviço, no prazo e forma estabelecidos no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos e no contrato;

10.2.7 efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecidas pelo contratado, no que couber;

10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.11 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO.

10.2.12 Notificar o CONTRATADO a respeito dos vícios verificados na execução dos serviços.

10.2.13 Tomar todas as providências, a seu cargo, necessárias ao cumprimento do objeto deste Termo de Referência.

11 GARANTIA DE EXECUÇÃO:

11.1 O adjudicatário, no prazo de 5 (cinco) dias após a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 96 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

11.1.1 Caso seja exigida garantia de execução contratual e o adjudicatário opte pelo seguro-garantia como modalidade de garantia a ser prestada, o prazo indicado no item 11.1 será de, no mínimo, 01 (um) mês, conforme § 3º do Art. 96 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

11.2 A inobservância do prazo contido no item 11.1 acarretará a aplicação de multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do contrato, até o limite de 2% (dois por cento), até 30º dia de atraso.

11.2.1 O atraso superior a 30 (trinta) dias na apresentação de garantia configura inadimplência total e implicará rescisão do contrato.

11.3 Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto

Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Acesso em 19/01/2026 às 09:29h

11.3.1 Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

11.3.2 seguro-garantia;

11.3.3 fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

11.3.3.1. A garantia prestada em carta fiança emitida por cooperativa de crédito deverá vir acompanhada da autorização de funcionamento emitida pelo Banco Central do Brasil.

11.3.3.2. Quando a garantia se processar sob a forma de Seguro-Garantia ou Fiança Bancária, a mesma não poderá ser prestada de forma proporcional ao período contratual, devendo sua validade coincidir com o prazo de vigência do contrato. Caso ocorra prorrogação do contrato, a garantia apresentada deverá ser prorrogada.

11.4 A garantia em dinheiro deverá ser depositada na Instituição Financeira indicada pela Administração, com correção monetária.

11.5 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

11.5.1 Havendo acréscimo no valor contratual, o contratado deverá proceder o reforço proporcional da garantia. O não atendimento autoriza o contratante a descontar das faturas o valor correspondente

11.6 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

11.7 O contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.8 As garantias serão devolvidas ao CONTRATADO, após a lavratura do termo de recebimento definitivo e da apuração dos haveres, devidamente atualizados ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente. (art.100 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021).

12 PENALIDADES:

12.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

12.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

- a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

12.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

12.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.

12.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

12.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

12.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.

12.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Acesso em 19/01/2026 às 09:29h

12.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

12.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

12.10 As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública estadual.

13 CASOS DE EXTINÇÃO:

13.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua extinção, com as consequências previstas em lei, no Decreto Estadual nº 10.086/2022 e neste contrato.

13.2. Constituem motivo para extinção do contrato:

13.2.1. O não cumprimento de cláusulas, condições, especificações, projetos e prazos;

13.2.2. O cumprimento irregular de cláusulas, condições, especificações, projetos e prazos,

13.2.3. A lentidão no seu cumprimento, levando o CONTRATANTE a presumir a não conclusão do serviço nos prazos estipulados;

13.2.4. O atraso injustificado no início do serviço sem justa causa e sem prévia comunicação ao CONTRATANTE;

13.2.5. A paralisação do serviço sem justa causa e sem prévia comunicação ao CONTRATANTE;

13.2.6. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do CONTRATADO com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial do contrato, fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução desse exceto se autorizada pelo CONTRATANTE nos casos permitidos em lei;

13.2.7. O não atendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução, assim como as de seus superiores;

13.2.8. O cometimento reiterado de faltas na execução do ajuste, anotadas no Relatório de Fiscalização;

13.2.9. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil do CONTRATADO;

13.2.10. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo do CONTRATANTE, prejudique a execução do contrato;

13.2.11. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

13.2.12. Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

13.2.13. A falta de integralização da garantia nos prazos estipulados;

13.2.14. Razões de interesse público justificadas e determinadas pela autoridade máxima do órgão ou entidade;

13.2.15. A supressão, por parte do CONTRATANTE, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido legalmente;

13.2.16. A suspensão de sua execução, por ordem escrita do CONTRATANTE, por prazo superior a 3 (três) meses, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevisíveis desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;

13.2.17. O atraso superior a 2 (dois) meses dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE decorrentes de serviços ou fornecimentos ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

13.2.18. A não liberação, por parte do CONTRATANTE, de área, local ou objeto para execução de serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

13.2.19. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada e impeditiva da execução do contrato.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Acesso em 19/01/2026 às 09:29h

13.2.20. O descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

13.2.21. A superveniência da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública;

13.2.22. O perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença.

13.3 O presente instrumento poderá ser extinto:

13.3.1 determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

13.3.2 consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

13.3.3 determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

13.4 No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

13.5 Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.

13.6 O Contratado, desde já, reconhece todos os direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

14 ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

14.1 Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

14.1.1 Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.2 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação da contratada com outra pessoa jurídica, desde que:

14.2.1 sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

14.2.2 sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

14.2.3 não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14.3 As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

14.4. Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

15. DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

16. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

16.1 O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

16.2 O tratamento de dados pessoais indispensáveis à prestação dos serviços por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

16.3 Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados na prestação dos serviços especificada neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Acesso em 19/01/2026 às 09:29h

16.4 Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

16.5 o Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

16.6 o Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

16.7 O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

16.8 O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

16.9 A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocado a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

16.10 o Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

16.11 Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Estado para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

16.12 As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas na forma do § 1º do art. 10 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

16.13 As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas na forma dos artigos 11, 12 e 13 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

16.14 O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

16.15 Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeito aos mesmos limites impostos ao contratado.

16.16 Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

16.17 As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria-Geral do Estado, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Estado em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

17. DA MATRIZ DE RISCOS E DA ALOCAÇÃO DE RESPONSABILIDADES

17.1 Nos termos do Estudo Técnico Preliminar e do Mapa de Riscos que integram o processo administrativo da contratação, fica instituída a presente Matriz de Riscos, com a finalidade de definir a alocação objetiva de responsabilidades entre as partes, bem como de caracterizar o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em relação aos ônus financeiros decorrentes de eventos supervenientes à sua celebração.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Acesso em 19/01/2026 às 09:29h

17.2 DOS EVENTOS SUPERVENIENTES E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

17.2.1 Constituem riscos alocados à CONTRATADA, sem prejuízo de outros previstos na legislação e nos instrumentos do contrato, os seguintes eventos supervenientes à assinatura contratual, conforme identificado no Mapa de Riscos:

- I – acidentes náuticos com passageiros ou tripulantes decorrentes de falha humana, imprudência, imperícia ou condições operacionais inadequadas;
- II – acidentes com embarcação durante o transporte de carga, inclusive por sobrecarga, má amarração ou ausência de manutenção;
- III – indisponibilidade da embarcação fretada por gestão inadequada da frota ou falha de manutenção;
- IV – falhas na manutenção básica das embarcações próprias do Instituto Água e Terra – IAT, quando atribuíveis à execução inadequada ou omissão da contratada;
- V – danos, furto ou vandalismo das embarcações durante o período de guarda sob responsabilidade da contratada;
- VI – não conformidade com normas marítimas, ambientais ou de segurança;
- VII – poluição hídrica decorrente de vazamento de óleo ou combustível.

§1º A ocorrência dos eventos acima elencados, quando caracterizada a responsabilidade da CONTRATADA, não ensejará recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, devendo os ônus financeiros ser integralmente suportados pela contratada.

§2º A eventual necessidade de celebração de termo aditivo somente será admitida nos casos em que o evento superveniente não decorra de risco alocado à CONTRATADA e desde que reste comprovado impacto relevante e imprevisível no equilíbrio econômico-financeiro originalmente pactuado.

17.3 DAS OBRIGAÇÕES DE RESULTADO E DA LIBERDADE DE INOVAÇÃO

17.3.1 No que se refere às obrigações de resultado, a CONTRATADA poderá adotar soluções metodológicas ou tecnológicas próprias, desde que:

- I – não comprometam a segurança da operação, dos usuários e do patrimônio público;
- II – atendam integralmente às normas marítimas, ambientais e de segurança vigentes;
- III – assegurem o atingimento dos resultados definidos no Termo de Referência.

Parágrafo único. A liberdade de inovação não exime a CONTRATADA da responsabilidade pelos riscos a ela alocados na presente Matriz de Riscos.

17.4 DAS OBRIGAÇÕES DE MEIO E DA ADERÊNCIA AO TERMO DE REFERÊNCIA

17.4.1 Quanto às obrigações de meio, não será admitida liberdade para inovação metodológica ou tecnológica nas seguintes frações do objeto:

- I – procedimentos de segurança operacional;
- II – rotinas de manutenção preventiva e corretiva;
- III – exigências de habilitação de condutores e tripulação;
- IV – procedimentos ambientais e de contenção de danos;
- V – condições de guarda, vigilância e conservação das embarcações.

§1º Nessas hipóteses, a execução deverá observar aderência estrita às soluções previamente definidas no Termo de Referência e demais instrumentos do contrato.

§2º O descumprimento das obrigações de meio caracterizará infração contratual, sujeitando a CONTRATADA às penalidades cabíveis, sem prejuízo da responsabilização por eventuais danos causados.

17.5 DA GESTÃO E MONITORAMENTO DOS RISCOS

17.5.1 A fiscalização do contrato acompanhará permanentemente a gestão dos riscos identificados, podendo determinar a adoção de medidas preventivas ou corretivas, conforme previsto no Mapa de Riscos, sem que disso decorra direito à revisão de preços ou compensação financeira à CONTRATADA.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto

Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Acesso em 19/01/2026 às 09:29h

18. DISPOSIÇÕES GERAIS:

18.1 Integram o presente contrato, para todos os fins: o edital da licitação e seus anexos e a proposta apresentada pelo Contratado durante a licitação.

18.2 Este contrato é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e demais leis estaduais e federais sobre contratos administrativos, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

18.3 O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná e no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sistema GMS.

18.4 As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Local e data

CONTRATANTE

CONTRATADO

Testemunhas

1 – Nome:

2 – Nome:

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Acesso em 19/01/2026 às 09:29h

ANEXO IX
MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

XXXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXXX, DECLARA, para os fins dispostos no Pregão Eletrônico n.º 49/2026, sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

- () MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar n° 123, de 14/12/2006;
- () EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar n° 123, de 14/12/2006;
- () MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar n° 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar n° 188, de 2021.
- () COOPERATIVA, nos termos do Art. 34, da Lei Federal n° 11488/2007.

DECLARA ainda:

1. Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006;
2. Que não extrapolou a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte no ano-calendário de realização da licitação, nos termos do § 2º do Art. 4º da Lei Federal n.º 14.133/2021.

Local e data

Representante Legal

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Acesso em 19/01/2026 às 09:29h

ANEXO X
DECLARAÇÃO LGPD

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como tem ciência de que:

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

- 1.1. aqueles inerentes a documentos de identificação;
- 1.2. referentes a participações societárias;
- 1.3. informações inseridas em contratos sociais;
- 1.4. endereços físicos e eletrônicos;
- 1.5. estado civil;
- 1.6. eventuais informações sobre cônjuges;
- 1.7. relações de parentesco;
- 1.8. número de telefone;
- 1.9. sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
- 1.10. informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.

2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.

3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Local e data

Representante Legal

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Acesso em 19/01/2026 às 09:29h

Documento: **Edital49.2026ServicoFretamentoorganized.pdf**.

Assinatura Simples realizada por: **Tayane Cristina Raimundo (XXX.769.519-XX)** em 12/03/2026 13:23 Local: IAT/DIAFI/GEAD/DAG/LICITACAO.

Inserido ao protocolo **25.072.298-2** por: **Suellen Azevedo Costa** em: 12/03/2026 13:04.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: